



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S 6ª D E
12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO
(2º R AUTO MTR DE CAV/1943)
REGIMENTO MARECHAL JOSÉ PESSOA**

**CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSO Nº _____
QUE ENTRE SI E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) 12º
REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO E A
EMPRESA.....**

A União, por intermédio do 12º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, inscrita no CNPJ sob o nº 10271737/0001-00, sediado na Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Jaguarão - RS; neste ato representado pelo Sr. FRANCISCO JOSE BORGES DA SILVA – Cel, Ordenador de Despesas do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, nomeado pela portaria nº 168.622.748-56, portador da carteira de identidade nº 018.500.903-2, emitida pelo Exército Brasileiro-Ministério, devorante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 7/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a cessão de uso a título oneroso de imóvel localizada no 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado com área perfazendo um total de 26,32m², destinado para exploração do serviço de lanchonete que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QNTD	Valor de Referência Global Mensal	Valor de Referência Global Anual
Cessão de uso de área de imóvel jurisdicionado ao 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado, com as dimensões: apresenta 4,50 x 5,85m, totalizando 26,32m², situada no 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado e destinada a instalação de uma cantina.	01	R\$ 3.025,00	R\$ 36.300,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na assinatura do contrato válido por 12 (doze) meses e prorrogável por até 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), perfazendo o valor total de R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e duzentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

4.1. Formalizando a cessão sob regime oneroso, suportará ao Cessionário o pagamento mensal de R\$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), sendo o valor do aluguel referente ao espaço físico.

4.2. O pagamento será por meio de depósito bancário a ser efetuado com Guia de Recolhimento da União (GRU) fornecida pelo Setor Financeiro do 12º R C Mec. O comprovante de depósito bancário deverá ser apresentado àquela mesma seção e ao fiscal de contrato na data do pagamento.

4.3. O valor mensal a ser pago pelo Cessionário a Cedente refere-se exclusivamente à taxa de utilização da área cedida, cabendo ao Cessionário arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: telefonia, de água, esgoto, lixo, custo relativo à mão de obra, materiais e equipamentos, ficam a cargo do OUTORGADO Cessionário, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas datas de vencimento.

4.4. Arcar integralmente com todas as despesas referentes ao consumo de energia elétrica e água, necessários para a execução dos serviços contratados, realizando o pagamento até o 5º dia útil do mês.

4.5. O atraso no pagamento mensal acarretará o pagamento de multa contratual de 2% (dois por cento) sobre a importância devida, acrescida de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro-rata de 0,033% (zero vírgula trinta e três por centos) ao dia.

5. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

5.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. A prestação dos serviços se restringe aos militares do regimento e visitantes diários.

7.2. Os serviços serão executados por empresa especializada no ramo de restaurante e lanchonete na preparação e distribuição de alimentos de segunda-feira à sexta-feira das 8 horas até as 18 horas e aos sábados e domingos das 10 horas até as 16 horas, sem abrir nos feriados.

7.3. O cessionário é responsável pela manutenção dos equipamentos reposição de suprimentos para plena execução dos serviços ofertados, eximindo a Administração do 12º R C Mec de qualquer responsabilidade de eventuais cobranças;

7.4. As condições de pagamento serão acordadas diretamente entre o Cessionário e o consumidor, sendo que eventuais cobranças, judiciais ou extrajudiciais, serão efetuadas, única e exclusivamente, em face dos consumidores que contratarem serviços junto ao Cessionário, não recaindo sobre a Administração do 12º R C Mec qualquer responsabilidade direta ou indireta.

7.5. O cessionário deverá cumprir as normas sanitárias em vigor, relativas a atividade.

7.6. O cessionário responsabilizará pelos serviços de limpeza da área cedida, bem como a higienização dos materiais utilizados na preparação do serviço.

7.7. Aprovação prévia da repartição OUTORGANTE Cedente para realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pelo AUTORGADO Cessionário.

7.8. Fiscalização periódica por parte da repartição OUTORGANTE Cedente.

7.9. Não será permitida invasão, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto no contrato.

7.10. Cessado o prazo de vigência do contrato de cessão de uso, reverterá o imóvel à administração da OUTORGANTE Cedente, independente de ato especial, restituindo-se o imóvel no estado em que foi entregue ao Cessionário, ou seja, em perfeito estado de conservação, pintado, com todas as instalações elétricas e hidráulicas em condições de uso.

7.11. Obriga-se o OUTORGADO Cessionário a fazer, por sua própria conta, as reparações dos estragos a que der causa, consertos ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, executadas a que se refira a benfeitorias necessárias.

7.12. O 12º R C Mec não se responsabiliza por quaisquer dívidas contraídas pelos seus integrantes, bem como não assume qualquer responsabilidade pela atividade exercida pelo Cessionário.

7.13. A presente cessão de uso não assegura, ao Cessionário qualquer exclusividade dentro do espaço físico da Cedente.

7.14. A cedente se reserva no direito de fiscalizar a prática dos preços estabelecidos, a qualidade dos serviços prestados, o atendimento e o respeito às condições sanitárias e de higiene, avocando-se na prerrogativa de aplicar as penalidades de advertência ou multa de até 15% (quinze por cento) do valor mensal pago pela presente cessão de uso, em caso de desrespeito às referidas regras ou qualquer prevista em contrato.

7.15. O Cessionário e/ou seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a CEDENTE.

7.16. É proibido ao OUTORGADO Cessionário adquirir mercadorias ou bens em nome do Exército Brasileiro, praticar atos contrários às disposições dos Regulamentos Militares, em área sob responsabilidade da OUTORGANTE Cedente, e comercializar bebidas alcoólicas e cigarros.

7.17. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-